



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 82 – dezembro 2014

A Ampliação do Acesso à Comunicação, à Informação e ao Entretenimento nos Domicílios Cearenses

**Uma Análise Comparativa com o Brasil e os Estados
Nordestinos (2002-2013)**

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Régis Façanha – Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe - nº 82 – *Dezembro de 2014*

Elaboração

Cláudio André Gondim Nogueira – Analista de Políticas Públicas

Raquel da Silva Sales – Técnica de Políticas Públicas

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

O objetivo desse informe foi mostrar a evolução nos últimos doze anos, da disponibilidade de bens que possibilitam justamente a melhoria das condições de comunicação e do acesso à informação, ao conhecimento e ao entretenimento (televisão, rádio, telefone celular e computadores com acesso à Internet) dos domicílios ditos particulares e permanentes do Ceará. A relevância dessa análise se deve a contribuição desses indicadores no que diz respeito ao acesso a informação cada vez mais exigente no mercado de trabalho e na integração mais plena das pessoas nas decisões sociais. No Ceará verificou-se a tendência de redução na porcentagem de domicílios com rádio em contrapartida teve aumento da presença de outros bens concorrentes (e mais atrativos) nos domicílios, como é o caso da televisão, dos computadores com acesso à Internet e dos telefones celulares. Mais especificamente o computador com acesso da internet que é hoje o maior substituto de todos os outros bens aqui relatados, pois compreende em um só aparelho o acesso a todos os serviços dos demais, partiram de uma base muito pequena em 2002 e, em 2013, apesar do grande crescimento, os percentuais ainda são bem menores que 50%. Em 2013 esteve presente em apenas em 26,1% dos domicílios no Ceará taxa apesar de condizente com a da região nordeste (27,4%) ainda é bem inferior a do Brasil (42,4%).

A análise das condições dos domicílios ao longo do tempo é essencial para se verificar como vem evoluindo a qualidade de vida da população e, também, os níveis de inclusão social de uma determinada área geográfica.

Mais especificamente, no contexto de uma economia cada vez mais globalizada e de um mercado de trabalho que exige níveis crescentes de qualificação, as comunicações e o acesso à informação, ao conhecimento e ao entretenimento são fundamentais tanto para elevar os níveis de produtividade dos indivíduos como, também, para lhes possibilitar ter vidas mais plenas e integradas à sociedade a qual fazem parte.

Assim, o presente trabalho objetiva fazer, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma análise de como os domicílios cearenses evoluiu no período entre 2002 e 2013 (exceto 2010) no que diz respeito à disponibilidade de bens que possibilitam justamente a melhoria das condições de comunicação e do acesso à informação, ao conhecimento e ao entretenimento, quais sejam: televisão, rádio, telefone celular e computadores com acesso à Internet. Ademais, de forma a contextualizar essa evolução, a referida análise foi efetuada de forma comparativa, levando-se, também, em consideração o que ocorreu no Brasil como um todo, bem como na Região Nordeste e em seus estados.

2. ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, analisa-se a porcentagem de domicílios com televisão, que pode ser uma fonte importante de informações e de entretenimento para as famílias. Os dados estão disponíveis na Tabela 1.

Como possível perceber, em 2002, já havia uma grande proporção de domicílios com TV em todas as áreas geográficas consideradas. Entretanto, os estados nordestinos (e a região Nordeste como um todo), apresentavam porcentagens menores que a média brasileira. Diferenciais de renda podem ser importantes para explicar, pelo menos parcialmente, essas diferenças.

Tabela 1: Porcentagem de domicílios com televisão – Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos – 2002 a 2013 (exceto 2010).

ANOS	ESTADOS										
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE	BR
2002	79,2	77,7	83,7	69,5	88,8	84,5	68,3	85,4	86,1	80,0	89,9
2003	79,3	77,5	84,0	69,7	87,7	84,7	69,9	85,9	87,9	80,2	90,0
2004	82,0	78,7	85,0	72,1	89,3	85,0	73,5	89,2	88,7	81,7	90,2
2005	84,3	80,7	86,3	72,5	90,3	87,0	75,7	89,6	90,0	83,3	91,2
2006	87,4	84,6	90,2	77,5	92,8	90,3	78,4	92,2	92,3	86,8	92,9
Uase	91,2	87,9	91,7	82,3	95,4	93,2	80,7	93,7	93,7	89,7	94,3
2008	92,6	89,8	93,5	86,5	95,3	94,1	86,3	95,3	96,0	91,7	95,6
2009	94,8	90,6	94,3	87,3	96,3	95,4	85,8	96,1	96,1	92,5	95,6
2011	96,7	94,0	95,9	93,4	98,0	97,7	89,4	96,9	97,2	95,4	96,9
2012	97,3	94,4	97,1	93,3	98,1	97,8	91,5	96,9	96,7	95,8	97,2
2013	96,7	94,7	96,4	94,3	97,8	97,2	93,9	97,2	97,1	95,9	97,2

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Em 2002 merecem destaque o estado do Maranhão, cuja porcentagem de domicílios com televisão era de apenas 69,5%, muito abaixo dos indicadores do Nordeste e do Brasil, e a Paraíba, cujo percentual já era quase igual ao patamar brasileiro. O Ceará apresentava uma posição intermediária, superando a porcentagem do Nordeste, mas não a do Brasil.

Ao longo do período 2002-2013, percebe-se uma tendência clara de crescimento do indicador em todas as áreas analisadas. Adicionalmente, verifica-se uma convergência entre os referidos percentuais, com todos estados nordestinos apresentado quase todos os domicílios com televisão, conforme o que acontece para o país como um todo. Em termos proporcionais, o Ceará apresentou a quinta maior elevação do indicador no Nordeste durante o referido período.

O comportamento da porcentagem de domicílios com rádio contrasta com o da porcentagem analisada anteriormente, isto é, ao longo do intervalo de tempo considerado esse indicador vem se reduzindo significativamente nos estados nordestinos, seguindo o padrão verificado no Brasil, conforme ilustra a Tabela 2. Adicionalmente, verifica-se que os patamares alcançados em 2013 são relativamente próximos à média brasileira (com a exceção do Maranhão e do Piauí). No caso específico do Ceará, durante quase todo o período em análise, o seu indicador permaneceu entre o do Nordeste e o do Brasil (somente em 2013 superou o brasileiro).

Tabela 2: Porcentagem de domicílios com rádio – Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos – 2002 a 2013 (exceto 2010).

ANOS	ESTADOS										
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE	BR
2002	78,3	80,5	83,1	65,3	85,4	84,5	79,8	79,0	82,5	80,1	87,9
2003	79,3	81,0	82,2	65,3	85,2	84,4	80,7	80,1	83,1	80,3	87,8
2004	79,6	82,0	81,9	65,1	86,0	84,9	80,9	78,2	85,7	80,7	87,7
2005	81,6	82,0	83,0	66,6	85,7	84,9	81,5	78,9	84,4	81,1	87,9
2006	82,0	81,8	82,2	65,8	84,5	85,6	81,2	78,5	83,8	80,8	87,8
2007	81,8	81,0	83,9	72,0	84,3	86,9	82,7	80,9	83,9	81,9	88,0
2008	80,3	83,5	84,9	68,6	86,0	87,0	82,1	77,8	86,7	82,4	88,9
2009	79,4	82,8	82,7	66,1	86,4	87,2	78,8	83,0	89,6	81,8	87,8
2011	76,7	80,0	82,9	54,8	82,2	85,7	72,6	75,1	85,2	78,2	83,5
2012	75,1	77,0	80,3	47,1	83,9	84,7	71,1	72,2	85,3	75,6	80,9
2013	73,6	73,4	76,2	46,2	77,2	79,9	66,7	70,0	77,7	71,9	75,7

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

A redução na porcentagem de domicílios com rádio deve estar relacionada com o aumento da presença de outros bens concorrentes (e mais atrativos) nos domicílios, como é o caso da televisão, dos computadores com acesso à Internet e dos telefones celulares. Em outras palavras, na medida em que bens que desempenham funções similares ao do rádio, mas que oferecem vantagens adicionais, se torna mais acessível, é possível esperar que os consumidores optem ou deem maior prioridade para eles, buscando mais funcionalidade, diversidade, interatividade etc.

Vale salientar também que o consumo de bens tecnologicamente mais modernos está associado a estímulos menos óbvios, como é a questão do status ou a da interação social. Neste sentido, vale lembrar conforme Ferreira (2010 *apud* Santos, 2013, p. 25-26) que o ato de consumir, ao vincular com as necessidades econômicas do ser humano, vai além das ações efetuadas pelo indivíduo e sua família exclusivamente para seu suprimento físico como ser humano, mas envolve outras necessidades que tal indivíduo pretende que sejam supridas, às quais está sujeito como elemento integrante da sociedade.

De fato, a posse de bens com maior conteúdo tecnológico aumentou significativamente ao longo do período 2002-2013. A Tabela 3, por exemplo, mostra a evolução da porcentagem de domicílios com telefone celular.

Tabela 3: Porcentagem de domicílios com telefone celular – Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos – 2002 a 2013 (exceto 2010).

ANOS	ESTADOS										
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE	BR
2002	19,9	18,7	19,9	14,3	22,0	28,8	13,0	24,1	26,0	20,7	34,6
2003	20,5	20,1	23,5	17,8	24,5	31,8	15,7	29,6	30,0	23,4	38,5
2004	27,0	26,6	32,6	23,8	33,6	37,8	21,4	37,9	39,5	30,5	47,6
2005	40,0	36,7	44,7	29,1	48,8	53,6	30,8	55,2	54,7	42,5	59,1
2006	44,8	42,1	51,1	34,7	52,9	58,6	36,0	59,0	57,6	47,7	63,4
2007	52,8	49,2	57,1	40,7	59,6	60,6	42,8	65,2	72,3	53,8	67,5
2008	58,2	59,3	68,3	49,2	69,6	70,0	52,0	71,9	80,0	63,2	75,4
2009	60,6	63,6	74,9	54,6	72,3	74,0	54,8	77,6	79,0	67,5	78,4
2011	80,8	80,4	80,2	69,1	83,6	83,1	75,6	87,6	85,3	80,2	86,4
2012	85,9	82,4	84,1	68,4	89,4	85,9	82,0	89,2	89,9	83,1	88,3
2013	85,7	84,8	86,4	74,0	90,5	87,0	83,1	90,2	90,5	85,2	89,8

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Conforme essa tabela indica, a referida porcentagem aumentou consideravelmente durante o intervalo de tempo em análise em todos os estados nordestinos seguindo, mais uma vez, o padrão brasileiro e atingindo a grande maioria dos domicílios. Assim como no caso dos televisores, em 2002 os estados nordestinos apresentavam percentuais muito menores que o do país como um todo, mas houve ao longo do tempo certa convergência dos seus indicadores em direção à média nacional (somente o Maranhão se distanciava muito do Brasil).

No caso específico do Ceará, verificou-se um incremento proporcional de 335,1% na porcentagem de domicílios com telefone celular durante o período 2002-2013 (variação superada apenas por Piauí, Maranhão e Bahia), passando de 19,9% em 2002 para 86,4% em 2013, o que supera a média nordestina, mas que fica um pouco abaixo da média do Brasil.

Outro bem que embute elevado conteúdo tecnológico e que tem muita significância para o acesso a informações, conhecimentos e entretenimento e, também, para as comunicações é o computador com acesso à Internet. A Tabela 4 apresenta a porcentagem de domicílios com esse bem.

Tabela 4: Porcentagem de domicílios com computador com acesso à Internet – Brasil, Nordeste e Estados Nordestinos – 2002 a 2013 (exceto 2010).

ANOS	ESTADOS										BR
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	NE	
2002	3,3	4,6	4,0	2,1	4,4	5,3	2,9	5,8	4,3	4,2	10,3
2003	4,3	4,7	4,2	3,0	4,4	5,3	2,6	5,3	6,3	4,5	11,4
2004	4,4	5,2	4,5	2,7	5,2	5,8	4,0	5,9	6,7	4,9	12,2
2005	4,9	5,9	4,5	2,1	6,9	6,5	4,3	7,2	6,0	5,4	13,6
2006	6,6	7,6	6,4	4,6	7,3	8,0	4,4	7,8	8,6	6,9	16,8
2007	6,5	10,4	7,9	5,2	8,4	9,6	6,5	11,1	11,8	8,8	20,0
2008	9,4	13,5	11,1	7,8	12,1	11,8	7,9	13,4	15,6	11,6	23,8
2009	12,3	17,0	12,9	9,3	15,5	15,3	10,6	15,2	17,8	14,4	27,4
2011	18,5	24,8	18,5	12,7	25,9	24,9	12,8	23,2	21,8	21,3	36,6
2012	23,3	27,6	23,9	13,4	27,4	30,7	17,3	30,0	28,2	25,3	40,3
2013	25,6	30,3	26,1	16,0	30,1	31,4	18,7	33,4	26,9	27,4	42,4

Fonte: PNAD. Elaboração própria.

Como a tabela mostra, mais uma vez se verifica uma forte expansão da referida porcentagem em todos os estados nordestinos, seguindo novamente a tendência verificada para o país como um todo. Porém, nesse caso, os indicadores partiram de uma base muito pequena em 2002 e, em 2013, apesar do grande crescimento, os percentuais ainda são bem menores que 50%. Na verdade, apenas 27,4% dos domicílios nordestinos apresentavam, no último ano da série, computador com acesso à Internet, o que ainda é bem menos que o que se verifica para o Brasil.

No caso do Ceará, apenas 4,0% dos domicílios apresentavam computador com acesso à Internet em 2002. Mas, até 2013, a variação percentual desse indicador foi de 548,9% (a quinta maior do Nordeste), chegando a 26,1% dos domicílios. Esse patamar era um pouco menor que o regional e bastante inferior ao nacional.

3. COMENTÁRIOS FINAIS

Finalmente, visando concluir essa discussão, procura-se verificar o que pode ter influenciado essa expansão da presença dos bens mencionados anteriormente nos domicílios cearenses e nas demais áreas geográficas consideradas. É possível

argumentar que essa expansão deva estar fortemente relacionada à expansão da renda e a outros fatores (SANTOS, 2013; SOUZA, 2010).

Souza (2010), por exemplo, argumenta que fatores tais com a estabilização da moeda, o aumento da oferta de crédito, o aumento do emprego formal, a elevação do salário mínimo acima da inflação e o programa Bolsa Família foram essenciais para o aumento da capacidade de compra das famílias que, por sua vez relaciona-se com o crescimento do consumo, inclusive de bens duráveis.

Assim, de forma a determinar especificamente a relação com a expansão da renda, foi efetuada uma análise de correlação entre o PIB per capita e as porcentagens de domicílios com os bens mencionados anteriormente, cujos resultados para o Ceará e o Brasil (que foram usados como exemplos) são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Análise de correlação de Pearson – PIB *per Capita* versus porcentagem de domicílios com televisão, rádio, telefone celular e computador com acesso à Internet – Brasil e Ceará – 2002 a 2013 (exceto 2010)

Local	Correlação do PIB per Capita com			
	Porcentagem de domicílios com televisão	Porcentagem de domicílios com rádio	Porcentagem de domicílios com telefone celular	Porcentagem de domicílios com computador e acesso à Internet
Brasil	0,9626 (**)	-0,7966 (**)	0,9629 (**)	0,9910 (**)
Ceará	0,9206 (**)	-0,6096 (*)	0,9309 (**)	0,9904 (**)

Fonte: IPECE e IBGE. Cálculos efetuados pelos autores.

Notas: (**) Correlação significante a 1% (Teste bicaudal). (*) Correlação significante a 5% (Teste bicaudal). Os PIBs *per Capita* de 2012 e 2013 são previsões.

Como já era esperado, há uma correlação positiva e forte (e estatisticamente significante) entre as variáveis consideradas, com a exceção da porcentagem de domicílios com rádio, cuja correlação com a renda foi negativa (conforme foi argumentado antes, na medida em que bens com maior conteúdo tecnológico e mais funcionalidades se tornam mais acessíveis e a renda dos consumidores se eleva, eles tendem a substituir o rádio por esses bens).

Assim, se a economia cearense (assim como as das demais áreas geográficas consideradas) continuar a apresentar avanços expressivos de forma a possibilitar o aumento da renda dos domicílios, então, será possível vislumbrar uma continuidade

deste processo de expansão dos bens que possibilitam o acesso a conhecimento, informação e entretenimento e, também, a comunicação, melhorando as condições de vida das famílias e aumentando a inclusão social.

As políticas públicas são, também, importantes nesse contexto, pois, afetam o comportamento da economia e podem favorecer o acesso aos bens em análise por meio de desonerações fiscais, por um maior acesso ao crédito, por meio de incentivos aos ofertantes dos bens etc.

REFERÊNCIAS

NOGUEIRA, C. A. G. ; SALES, R. S. . Condições de domicílios, saúde e educação. In: Flávio Ataliba F. D. Barreto; Adriano Sarquis Bezerra de Menezes. (Org.). **Desenvolvimento econômico do Ceará: evidências recentes e reflexões**. 1ed. Fortaleza (CE): IPECE, 2014, v. , p. 226-260.

SANTOS, E. L. I. **A expansão do consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras via ampliação do mercado de crédito no Brasil desde dezembro de 2008: inclusão social ou endividamento social?** 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas (RS), 2013.

SOUZA, A. **Classe média: aspirações e padrões de consumo**. Seminário Nacional sobre Mobilidade Urbana. São Paulo: Associação Nacional de Transportes Públicos, 2010.